

A CADES E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA O ENSINO SECUNDÁRIO: uma campanha nos anos de 1950-1960

Ivete Maria Baraldi
Universidade Estadual Paulista

Resumo: Para suprir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores, em 1953, no governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Esta Campanha tinha por objetivos difundir e elevar o nível do ensino secundário e, para atingi-los, promoveu cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento. Sob a tutela da Cades aconteceram outras ações referentes à formação da equipe de gestão e dos professores para as escolas secundárias, bem como foram publicadas diversas obras tratando de assuntos pedagógicos. No entanto, a minha intenção neste artigo é dar ênfase aos cursos para o Exame de Suficiência dos professores (de Matemática) que aconteceram por meio da Campanha. Para tanto, usarei de narrativas de professores que realizaram os cursos em diferentes momentos e estados, costuradas por uma revisão bibliográfica acerca do tema. Esses cursos aconteceram nas diferentes regiões de nosso país, muitas vezes, com formatos e enfoques distintos. Eles serviram para autorizar a lecionar diversos professores de Matemática, numa época em que os cursos superiores ainda eram em número insuficiente para formar a quantidade necessária para a escola secundária.

Palavras-chave: Exame de Suficiência. Escola Secundária. Professor de Matemática.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1940, eram poucos os professores que atuavam nas escolas secundárias brasileiras que tinham formação de nível superior. Estes poucos eram formados em Faculdades de Filosofia, nas escolas politécnicas ou militares ou eram oriundos de outros cursos. A expansão do ensino secundário no país, à época, foi acelerada, sendo que, em 1932 havia 342 estabelecimentos com 65.000 alunos e em 1954 havia o registro de 1.771 ginásios com rol de matrículas de 536.000 alunos, evidenciando um crescimento de 500% em vinte e cinco anos (MATTOS, 1957).

Apesar deste crescimento quantitativo, a escola secundária não teve um correspondente crescimento qualitativo, sendo o seu ponto mais crítico a precária formação de professores, como publicado no primeiro número da Revista Escola Secundária:

Ainda hoje, decorridos quase 20 anos da criação dessas faculdades [as de Filosofia], cêrca de 16% dos 40 000 professores secundários militantes tiveram a oportunidade de nelas adquirir uma adequada formação profissional: 84% desse exército de professôres são ainda autodidatas. (MATTOS, 1957, p.8)

Também, os professores em exercício passaram a ser requisitados por várias

instituições, sendo que o número deles era bastante reduzido. Diante desse quadro de escassez docente, em 1946, de forma emergencial, os professores começaram a ser “recrutados” por meio do Exame de Suficiência (Conforme Decreto-Lei nº 8.777, de 22 de janeiro de 1946). Quando aprovado no Exame, o candidato obtinha o direito de lecionar nas regiões onde não houvesse disponibilidade de professores habilitados por faculdade de filosofia.

Posteriormente, para suprir a defasagem quanto à formação acadêmica dos professores, em 1953, no governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954), foi criada a Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades) a partir do Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953. Esta Campanha tinha por objetivos difundir e elevar o nível do ensino secundário, ou seja, tornar a educação secundária mais ajustada aos interesses e necessidades da época, conferindo ao ensino eficácia e sentido social, bem como criar possibilidades para que os mais jovens tivessem acesso à escola secundária. Para atingir esses objetivos, promoveu cursos e estágios de especialização e aperfeiçoamento para professores, técnicos e administradores de estabelecimentos de ensino secundário; concedeu bolsas de estudo a professores secundários para realizarem cursos ou estágios de especialização e aperfeiçoamento, promovidos por entidades nacionais ou estrangeiras; criou o serviço de orientação educacional nas escolas de ensino secundário, entre tantas outras ações.

No trabalho de Pinto (2008), são descritos quatro momentos distintos da existência da Cades: do anúncio à implantação (1953 – 1956); consolidação e expansão (1956 – 1963); renovação administrativo-pedagógica (1963 – 1964); declínio e desaparecimento (1964 – 1970).

Em seu primeiro momento, quando a Diretoria do Ensino Secundário estava sob a responsabilidade de Armando Hildebrand, aconteceram os primeiros cursos de orientação para os professores inscritos no Exame de Suficiência. Espalhadas por todo o país, à época da criação da Cades, existiam as Inspetorias Seccionais do Ensino Secundário, instâncias “menores”, subordinadas às Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis pela administração do ensino nos municípios. A partir de 1956, a Campanha passou a promover, nas inspetorias seccionais, cursos intensivos de preparação aos Exames de Suficiência que, de acordo com a Lei nº 2.430, de 19 de fevereiro de 1955, conferiam aos aprovados o registro de professor do ensino secundário e o direito de lecionar onde não houvesse disponibilidade de licenciados por faculdade de filosofia. O Exame de Suficiência passou a ser condicionado aos cursos, pois o número de reprovados era muito grande e o número de professores ainda era insuficiente para que os objetivos da escola secundária fossem atingidos.

Os cursos realizados, geralmente, tinham a duração de um mês (janeiro ou julho) e eram elaborados a fim de suprir as deficiências dos professores, até então leigos, referentes aos aspectos pedagógicos e aos conteúdos específicos das disciplinas que iriam lecionar ou que já lecionavam nas escolas secundárias.

Em 1956, o diretor do ensino secundário nomeado foi Gildásio Amado. Neste segundo período, as ações da Cades foram ampliadas e os cursos foram espalhados por todo o Brasil, via inspetorias seccionais. Alguns anos depois, para que todas as regiões brasileiras fossem contempladas pela Cades, foram criadas as “missões pedagógicas”, definidas pelo Ofício Circular nº 15, de 10 de março de 1960, como equipes volantes compostas por membros treinados e que possuíssem experiência no magistério devidamente reconhecida.

Sob a tutela da Cades que, à época, adquiriu um status de órgão na Diretoria do

Ensino Secundário, aconteceram outras ações referentes à formação da equipe de gestão e dos professores para as escolas secundárias, bem como publicou diversas obras tratando de assuntos pedagógicos (BARALDI; GAERTNER, 2010 e 2013).

No entanto, a minha intenção neste artigo é dar ênfase aos cursos para o Exame de Suficiência dos professores (de Matemática) que aconteceram por meio da Campanha. Para tanto, usarei de narrativas de professores que realizaram os cursos em diferentes momentos e estados, costuradas por uma revisão bibliográfica acerca do tema. As narrativas são oriundas dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores do Grupo História Oral e Educação Matemática – Ghoem, além das que podem ser encontradas em Baraldi e Gaertner (2013).

Dessa maneira, por meio deste texto, juntamente com as outras autoras proponentes da mesa redonda *Escolas, campanhas e centros: formações de professores que ensinam Matemática*, buscarei explicitar uma das muitas maneiras de se propor a formação de professores que ensinam Matemática no Brasil, em diferentes épocas e localidades. Assim, esboçarei uma formação de professores (de Matemática) que, enquanto política pública educacional, aconteceu nas décadas de 1950 e de 1960, por meio da Cades.

OS CURSOS PREPARATÓRIOS PARA O EXAME DE SUFICIÊNCIA

O MEC contratava professores dos grandes centros: Rio e São Paulo principalmente e, no início de cada ano, em janeiro, em determinadas cidades, distribuía os cursos para os chamados Exames de Suficiência. Como havia a necessidade de contratação de professores, a condição para lecionar no segundo grau e no ginásio¹⁴ era obter um registro definitivo através da CADES. Os professores contratados pelo MEC, durante um mês ou um mês e meio, ministravam cursos, e os “professores-alunos” prestavam o Exame de Suficiência. Esses cursos da CADES tinham o professor de Didática Geral para todos os participantes; o de Didática Específica para cada matéria: História, Geografia, etc.; e um professor de Conteúdo Específico. Então, de um modo geral, esses cursos se dividiam em: Didática Geral – formação comum para todas as áreas, geralmente num anfiteatro, e a Didática e o Conteúdo Específicos, em turmas menores. Normalmente, os professores de Didática e de Conteúdo Específicos eram os que indicavam quem poderia fazer o Exame de Suficiência ou aconselhavam quem necessitava se preparar mais um ano. Após o final do curso, o MEC fornecia autorização definitiva para lecionar aos aprovados ou por apenas um ano aos aconselhados a tentar o exame novamente.(...) A cada ano o curso de suficiência da CADES era numa cidade diferente. Em um ano foi em Itapetininga, em outro havia sido em Bauru e em outro em Campinas. As cidades eram escolhidas conforme a necessidade da região e, porque, naquele tempo, existia em Itapetininga, Araçatuba e em Bauru, as Inspeções do Ensino Secundário. (...) Era muito grande o número de pessoas que queriam fazer o curso e juntavam-se, numa cidade, de seiscentos a setecentos professores. Esses cursos oferecidos pela CADES foram excelentes. (...) fiz a inscrição para o curso que aconteceria em 1959, na cidade de Itapetininga. Nesse curso, éramos aproximadamente quarenta professores tentando a suficiência para Matemática. No final, os professores de Didática e de Conteúdo Específicos ficaram em dúvida no

¹⁴ O professor, em questão, equivocou-se quanto à terminologia, estava se referindo aos atuais ensinos médio e fundamental (sexto ao nono ano).

meu caso, pois um deles falava que eu estava bem didaticamente, mas de conteúdo estava fraco. Então, decidi por não fazer o exame de suficiência e fiquei trabalhando um ano com a autorização precária dada pelo MEC. No começo de 1960, em Araçatuba, fiz novamente o curso e prestei o exame e fui aprovado, recebendo o registro definitivo para lecionar Matemática no ginásio, hoje da 5ª a 8ª série do 1º grau. Gostaria de ressaltar que, em 1960, tive como professor de Didática Geral um cidadão extraordinário: Júlio César de Mello e Souza, o Malba Tahan¹⁵. Tive o prazer de conviver com ele, morando inclusive no mesmo hotel, um mês e meio. Ele foi o professor de Didática Geral e, no nosso caso, de Didática Específica. Também destaco que, como professor de conteúdo matemático, tive aulas com Silvio Venturoli¹⁶, que chegou a ser secretário da educação em São Paulo. (Excerto do depoimento de Rubens Zapater – Baraldi, 2003)

O professor Rubens Zapater, de Bauru (cidade do interior de São Paulo), descreve nas palavras acima o que experienciou ao realizar o curso de formação oferecido pela Cades. Para ele, como em outros relatos, encontramos essa característica: os cursos eram ministrados durante o período de férias escolares para que os professores em serviço pudessem ter a oportunidade de participar. Ainda, como relata o professor Rubens, os cursos tinham a duração de, aproximadamente, um mês e eram compostos pelas disciplinas: Didática Geral, Didática Específica e Conteúdo Específico, sendo um professor para cada uma delas. As disciplinas de Didática Específica e Conteúdo Específico eram ministradas segundo a especificidade do curso frequentado, sendo desenvolvido nas próprias salas de aula. A Didática Geral era ministrada para todos os professores-alunos, sendo geralmente apresentada em forma de palestra em um anfiteatro que reunisse todos os que frequentavam os diversos cursos oferecidos numa determinada localidade.

Fui muito bem em Didática Geral, cujo professor foi quem me abriu os olhos. Era o Reitor da Universidade Federal da Bahia, se bem me lembro, naquela época, o professor Ferraz. A aula dele começava às 11:30 horas e terminava às 13:00. Ninguém faltava (e olha que ele não fazia a chamada). Havia mais de 600 pessoas na sala. Ele dava aula de Didática Geral de todas as matérias. Lembro-me muito bem que ele dizia: “Princípio: do concreto para o abstrato. Português se faz assim; Ciências se faz assim; Matemática, se faz assim...” Uma vez ele sentou-se a um piano e começou a tocar para mostrar como é que, no canto orfeônico, se faria para ir do concreto para o abstrato. Então, ele dava uma pequena idéia, digamos, do particular para o geral, ilustrando para todas as matérias. Aquilo acabava ficando na tua cabeça. Era incrível como ele era capaz de trabalhar com todas as matérias. Isso sim era interdisciplinaridade! Foi realmente um trabalho... Ninguém faltava, embora fosse num horário terrível. Ia todo mundo correndo para o salão, para pegar um lugar para sentar, porque, se não, se você chegasse mais tarde, não sentava. (Excerto do depoimento de José Valdir Floriani – Gaertner, 2004)

15 Júlio César de Mello e Souza (Malba Tahan) nasceu em 06 de maio de 1895 no Rio de Janeiro. Filho de professores formou-se professor primário e engenheiro. Foi catedrático da Faculdade Nacional de Arquitetura e do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, docente, por concurso, do Colégio Pedro II e diretor do Colégio Além Paraíba.

16 Silvio Venturoli: professor de Matemática em Araçatuba – SP e prefeito da cidade de 1963 a 1968.

No relato do professor José Valdir, de Blumenau – SC, que fez o curso em Curitiba – PR, é possível perceber o que ele experienciou na disciplina de Didática Geral e evidenciando que, quando fez o curso, havia mais de 600 cursistas para as aulas ofertadas pela Cades.

Ao final desses cursos oferecidos pela Cades, era necessária a aprovação no Exame de Suficiência. Esse Exame, como apontado anteriormente, tinha um índice de reprovação alto e por isso foi condicionado à Campanha, o que resultou numa elevação no número de aprovações, como apontando por Baraldi e Gaertner (2010), baseadas em Pinto (2008):

(...) antes da vinculação dos exames aos cursos da CADES, apenas 520 professores obtiveram registro para lecionar e que de 1955 a 1960, dos 18.815 candidatos que se inscreveram nos cursos, 7.506 foram aprovados no exame de suficiência, ou seja, considerados aptos para exercer a docência no ensino secundário. (BARALDI; GAERTNER, 2010, p. 164)

A professora Noriko, de Presidente Prudente – SP, também fez o curso da Cades, na disciplina de Matemática e efetuou o Exame. Ela explica que

A prova era para ver conhecimento sobre os conteúdos de matemática e também tinha que dar aula prática para avaliar a desenvoltura. Sorteava um tema, para mim caiu, se não me engano, sobre geometria, triângulos semelhantes. Tinha que levar material concreto, porque o professor fazia muita questão do material, a gente tinha que bolar material concreto. Cartaz, coisas assim, fazendo na lousa, tinha que fazer. Essa aula prática era para o professor avaliar se eu tinha condições de dar aula. [risos]. Se eu tinha condições não sei, mas... [risos] Havia a prova escrita também, que vinha com todo o conteúdo do curso, acho que era para o primeiro grau, então todo o conteúdo do primeiro grau. Tinha um pouquinho de cada: geometria, como estava começando ‘teoria’ dos conjuntos, então tinha conjuntos, aquela coisa todinha. Estudava tudo aquilo e fazia prova.

(Excerto do depoimento de Noriko Meguro – Martins-Salandim, 2007)

No trabalho de Lopes (2015)¹⁷, há uma ficha de apreciação de aula de Matemática de um Exame de Suficiência realizado pela Cades em 1968, na cidade de Dourados, à época, ainda Mato Grosso (Uno), como pode ser visualizado na Figura 1. Deve ser levado em consideração que, talvez, essa ficha não fosse padronizada para todos os locais, como percebeu-se durante a pesquisa que nem a própria Campanha foi.

¹⁷ No trabalho de Lopes (2015) também está disponível uma prova escrita de Matemática. Vale lembrar que na prova tem-se a denominação para o curso da Cades como sendo COPES – Curso de Orientação de Professores para Exame de Suficiência. Isso também foi verificado no trabalho de Both (2014).

Figura 1: Ficha de apreciação de uma aula de Matemática

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
Secretaria de Educação e Cultura
em convênio com a C.A.D.E.S.

FICHA DE APECIAÇÃO DE UMA AULA

Curso de Matemática Data 04-02-1968 Local Dourados
Nome do Aluno-Mestre Fernando Gomes

- Planejamento

	Nota
1-Propriedade e clareza dos objetos	0,5
2)Adequação do programa e ao tempo	0,5
3-Adequação ao nível da classe	0,5
4-Seleção apropriada da matéria	0

- Execução

A-Conteúdo da aula

5-Exatidão da matéria	0,5
6-Quantidade e qualidade da mesma	0
7-Correção e adequação da linguagem	0

B-Técnicas de ensino

8-Motivação inicial e de desenvolvimento	0,5
9-Uso adequado do material didático	0
10-Uso adequado e variação das técnicas de ensino	0
11-Fixação da aprendizagem	0,5
12-Preocupação de relacionar a aula com as outras disciplinas e com atividades dos profissionais	0,5
13-Preocupação de dialogar, notar e estimular o aluno	0
14-Preocupação de educar	0,5

C-Atividades do aluno mestre

15-Apresentação pessoal (espontaneidade, movimentação, entusiasmo, vestuário e auto controle)	0,5
16-Ordem e ritmo	0,5
17-Expressão pessoal	0,5

D-Reação da classe

18-Participação da classe	0,5
19-Direção da classe	0,5
20-Aproveitamento verificado ou provável	0,5

Total sete

Fonte: Lopes (2015)

Como já destacado pelo professor Rubens, apenas os candidatos que fossem aconselhados a prestar o Exame é que eram aprovados. Os professores da Cades indicavam os alunos que poderiam prestá-lo, especialmente aqueles responsáveis pelas disciplinas de Conteúdo e Didática Específicos. Caso esses professores aconselhassem o aluno a cursar mais um ano, ele receberia uma autorização temporária para lecionar.

Quando lecionava Português, surgiu uma oportunidade para eu ensinar Matemática que era a grande paixão da minha vida e fui lecionar Matemática. Com isso, tive então que fazer o curso da CADES em Matemática. Todos os cursos da CADES no Ceará eram em Fortaleza, porque a inspetoria seccional era lá. Todo mundo do interior ia para

Fortaleza. (...) Sempre tinha um professor de conteúdo e outro de didática. No primeiro ano, recebi a licença precária. No ano seguinte, em 1963 eu fui fazer a CADES em Matemática pela segunda vez e fui aconselhada a prestar o exame. Se a pessoa fosse aconselhada a não fazer o exame e o fizesse, era reprovação na certa. Mas, quando aconselhado, era tranquilo, porque eles avaliavam no dia a dia também. (Excerto do depoimento de Maria Gilvanise de Oliveira Pontes – Baraldi; Gaertner, 2013)

Em alguns relatos, esses cursos foram apresentados com uma formatação um pouco diferente, com durações e organizações diversas.

Esses cursos aconteciam todo ano no período do verão (janeiro e fevereiro). Eram dois meses de curso, geralmente era realizado ali no Colégio Santa Teresa. Era através da Seccional. Aí, depois do terceiro ano que eu fiz CADES, fiz um Exame de Suficiência, o que me valeu um registro de professor no MEC... Esse exame era somente para quem fez o curso CADES. Depois que a gente fazia três anos de CADES, fazia um concurso, aliás, uma prova. Era para ver se o registro ficava em definitivo, porque até então, era temporário (você tinha que fazer todo ano...). (...) Com esse exame, você podia ensinar em qualquer escola do Ensino Médio, às vezes eles limitavam: fulano de tal pode ensinar o primeiro grau. Fulano de tal pode ensinar o primeiro ou o segundo, porque era dependendo da prova do Exame de Suficiência que ele havia feito. Tinha uma prova específica para cada grau. (Excerto do depoimento de Jocelino Ribeiro Melo – Fernandes, 2011)

O professor Jocelino é de São Luís do Maranhão. Numa outra narrativa, também é possível perceber tal diferença. O professor Raimundo é de Portalegre, do Rio Grande do Norte.

Esse curso foi um seminário, um curso curto, um seminário de uma semana. Fazia o seminário, submetia-se a seleção, se passasse recebia a licença para lecionar. Uma licença provisória. Eu tenho até essa carteirinha. Não lembro o nome desse curso. Isso foi em 1965... Para esse curso veio todo o Estado. Quero dizer, quem não tinha formação específica de magistério vinha, tinha que fazer esse curso. Esse seminário e se submetia a avaliação. Era só um seminário que acontecia. (Excerto do depoimento de Raimundo Melo – Morais, 2012)

Além da professora Suíse, do Mato Grosso, relatar uma duração mais longa, mostra a dimensão que em certas localidades esses cursos tiveram:

Naquele tempo, eram raríssimos os professores que saíam para fazer graduação fora, assim o curso de férias, CADES, de três meses, era muito popular, para lecionar nele vinham professores de outros estados. Ao término do curso os alunos prestavam um exame, uma avaliação, e recebiam como se fosse um certificado, vamos dizer que, correspondente à graduação, autorizando-os a lecionar. Meu pai o fez para Matemática, mas era ofertado nas diferentes áreas. Ele chamava tanta atenção e era tão conceituado perante os professores que quando cheguei como professora formada, com quatro anos de faculdade, falaram-me que para dar aula precisava fazer esse curso, pois ele é que capacitava para a docência. Assim

muitos se formaram, sendo que destes vários procuraram, posteriormente, o ICLC para, de fato, ter o título de professor. Com a vinda da Universidade esse curso deixou de existir. (Excerto do depoimento de Suíse Monteiro Leon Bordest – Both, 2014)

Não encontrei uma legislação específica para os cursos da Cades, até então. Assim, é possível aventar que, diante do exposto, devido à dimensão do nosso país, os cursos da Cades foram subvertidos, ou seja, adequados conforme a necessidade ou carência da região.

O professor João Linneu relata que ao lecionar pela Cades, trabalhava conteúdos matemáticos e temas voltados para a resolução de problemas.

Nas décadas de 1950 e de 1960, todos os anos, acontecia o “curso” da CADES de reciclagem para professores, sob orientação do MEC, e os alunos professores obtinham os registros para exercerem o magistério. Lecionei em São Carlos, Londrina (Paraná), Ubá (Minas Gerais), Nova Friburgo (Rio de Janeiro). Na CADES, era incumbido de desenvolver o conteúdo do ginásio, com o nível um pouco mais elevado. Nas aulas, além do conteúdo, expunha os temas desenvolvidos no livro *How To Solve it*, de Polya. (Excerto do depoimento de João Linneu do Amaral Prado – Baraldi, 2003)

No entanto, nos trabalhos de Baraldi e Gaernter (2010 e 2013) são encontradas diversas obras da Cades voltadas para a formação do professor, principalmente, quanto aos aspectos didáticos e pedagógicos. Dentre elas, existe o livro *Como ensinar Matemática no curso ginásial: manual para orientação do candidato a professor de curso ginásial no interior do país*, dos autores HILDEBRAND, Armando; MAURÍCIO, Déa Velloso; SIQUEIRA, Cleantho Rodrigues; MIRA y LOPES, Emílio; MEDEIROS, Ethel, Bauzer; MÉRICI, Imídio Giuseppe; PACHECO, Roberto José Fontes. Não há a indicação da data de publicação, que foi efetuada pelo MEC, embora tenha uma apresentação do Diretor do Ensino Secundário, Armando Hildebrand, cujo mandato se deu de 1953-1956. Dessa maneira, é possível supor que se trata de um trabalho dessa época. Esse livro escrito por uma equipe e que se pretende um manual, provavelmente foi trabalhado em algum dos cursos da Cades, pois aborda temas gerais e específicos e com a finalidade de orientar os professores de Matemática em suas salas de aulas. Dividido em duas partes, apresenta os seguintes capítulos: Funções e Objetivos da Escola Secundária; Noções de Psicologia dos Adolescentes; Noções de Psicologia da Aprendizagem; Noções de Didática Geral; A Didática Especial da Matemática – Objetivos da Matemática; Recomendações sobre a Didática da Matemática e Sugestões sobre Dificuldades Especiais de alguns Pontos do Programa de Matemática. Cumpre lembrar que Lopes (2015) efetua uma análise bastante detalhada dessa obra.

Ainda, pensando nas diferenças que existiram nos diversos cursos, nas mais diferentes regiões do Brasil, os conteúdos abordados para a formação do professor de Matemática foram bastante diversificados.

Com o tempo e pela característica efêmera que possui uma “campanha”, a Cades chega em seu período terminal e os cursos vão se extinguindo. Pinto (2008) ressalta que os cursos de orientação para o Exame de Suficiência aconteceram até 1969, embora em Both (2014) há indícios que esses cursos ainda aconteceram no início da década de 1970 em Cuiabá,

agora com o nome de Curso de Orientação de Professores para Exame de Suficiência – COPES.

No entanto, é possível afirmar que, com o surgimento de faculdades no interior dos estados brasileiros ao final da década de 1960, os cursos promovidos pela Cades se tornam desnecessários e, mesmo ainda sendo previsto em lei, o Exame de Suficiência praticamente perde sua validade em 1971 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 5.692/71). O Exame não foi totalmente extinto, pois a LDB ainda previa, no seu artigo 77, que se o número de professores na região não fosse suficiente para atender as necessidades do ensino, seria permitido lecionar, em caráter suplementar e a título precário: “no ensino de 1º grau, até a 8ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 4ª série de 2º grau”; “no ensino de 1º grau, até a 6ª série, os diplomados com habilitação para o magistério ao nível da 3ª série de 2º grau”; e “no ensino de 2º grau, até a série final, os portadores de diploma relativo à licenciatura de 1º grau”. Entretanto, persistindo a falta de professores para lecionar, “candidatos habilitados em exames de suficiência regulados pelo Conselho Federal de Educação e realizados em instituições oficiais de ensino superior indicados pelo mesmo Conselho”. Com isso, o Exame ainda poderia ser realizado, caso a carência de professores persistisse numa determinada região, mas não mais vinculado a uma determinada campanha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, nas décadas de 1950-1960 permitiu que centenas de professores tivessem acesso a uma formação para atuarem no ensino secundário. Ao se considerar a imensidão e a diversidade do Brasil, é possível afirmar que em cada localidade onde a divulgação da Campanha se deu, seus objetivos foram incorporados e adaptados àquela realidade.

A Cades foi negligenciada por muito tempo nos estudos efetuados em História da Educação e, nos últimos tempos, tem sido explorada em pesquisas da História da Educação Matemática. Há muitos aspectos que precisam ser estudados ainda.

Esta Campanha foi uma das muitas maneiras de se propor a formação de professores de Matemática no Brasil, enquanto política pública educacional, numa determinada época.

REFERÊNCIAS

BARALDI, I.M. **Retraços da Educação Matemática na Região de Bauru**: uma história em construção. 2003. 240 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2003.

BARALDI, I.M.; GAERTNER, R. Contribuições da CADES para a Educação (Matemática) Secundária no Brasil: uma descrição da produção bibliográfica. **BOLEMA**. Boletim de Educação Matemática (UNESP. Rio Claro. Impresso), v. 23, p. 159-183, 2010.

BARALDI, I.M.; GAERTNER, R. **Textos e Contextos**: um esboço da Cades na História da Educação (Matemática). Blumenau: Edifurb, 2013.

- BOTH, B.C. **Sobre a formação de professores de Matemática em Cuiabá – MT (1960-1980)**. 2014. 402 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2014.
- FERNANDES, D.N. **Sobre a formação do professor de Matemática no Maranhão: cartas para uma cartografia possível**. 2011. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2011.
- GAERTNER, R. **A matemática escolar em Blumenau (SC) no período de 1889 a 1968: da Neue Deutsche Schule à Fundação Universidade Regional de Blumenau**. 2004. 227 f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2004.
- LOPES, M.H.S. **“Como ensinar Matemática no curso ginásial”**: a Cades no sul de Mato Grosso e suas propostas para a formação de professores. 2015. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática), UFMS, Campo Grande, 2015.
- MARTINS-SALANDIM, M.E. **Escolas Técnicas Agrícolas e Educação Matemática: história, práticas e marginalidade**. 2007. 265 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2007.
- MATTOS, L.A. A nossa revista. **Escola Secundária**, Rio de Janeiro, ano I, n. 1, p. 5-9, 1957.
- MORAIS, M.B. de. **Peças de uma História: formação de professores de Matemática na Região de Mossoró (RN)**. 2012. 300 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, UNESP, Rio Claro, 2012.
- PINTO, D. C. Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário: uma trajetória bem-sucedida?. In: MENDONÇA, A. W.; XAVIER, L. N. (Orgs.). **Por uma política de formação do magistério nacional: o Inep/MEC dos anos 1950/1960**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. 260 p. (Coleção Inep 70 anos, v. 1)